

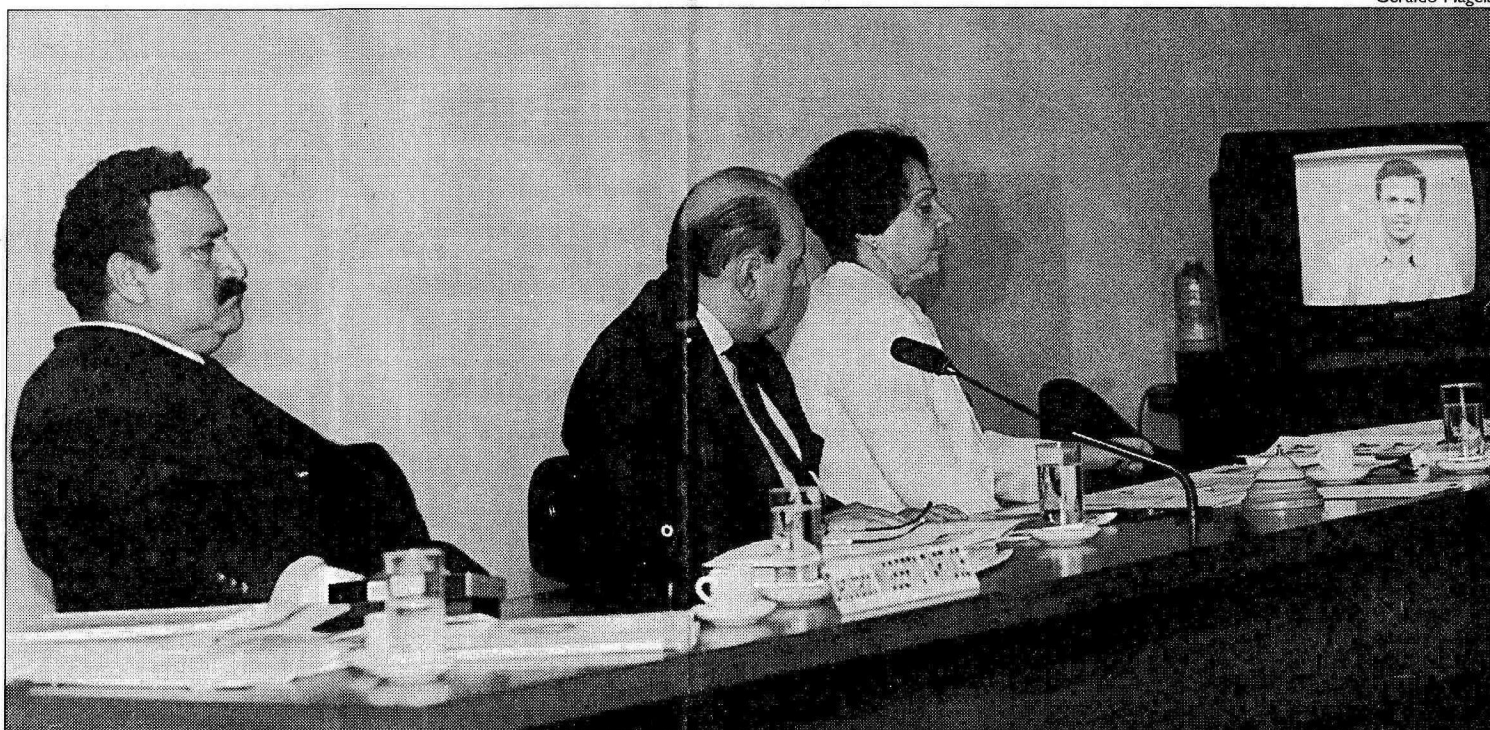
‘Abro mão do meu mandato’

Desafio lançado pelo deputado Tartuce caso se comprove denúncias de corrupção

Geraldo Magela

O deputado federal Wigberto Tartuce afirmou ontem que abre mão de seu mandato na Câmara dos Deputados caso fique comprovada qualquer irregularidade no período em que esteve à frente da Secretaria de Trabalho. Tartuce lançou o desafio durante a audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O ex-secretário foi chamado à Comissão para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de desvio de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) durante o ano de 1999.

Na audiência, o ex-secretário apresentou uma fita de vídeo em que o professor Antônio Ferreira César desmente todas as acusações sobre o esquema de corrupção da Secretaria de Trabalho, que teria feito à imprensa no final de março. Antônio César, 37 anos, é um dos fundadores da Cooperativa de Educadores, a Copede, que teria recebido R\$ 648 mil do FAT para treinar três mil alunos. Em reportagem publicada pelo jornal Correio Braziliense no dia 31 de março, o professor afirmou que os cursos jamais foram ministrados, embora a Secretaria do Trabalho



Deputado Wigberto Tartuce quando assistia ao vídeo sobre as novas declarações do principal denunciador do caso FAT

do DF tenha prestado contas ao Ministério do Trabalho sobre o dinheiro liberado para a instituição. Na prestação de contas, é informado que, dos três mil alunos, 2.819 fizeram curso para porteiro e 92 foram alfabetizados.

Na fita, porém, o professor desmente tudo o que foi publicado. “Nunca acusei os ex-secretários de Trabalho, Pedro

Celso e Wigberto Tartuce, de falcatruas. Desconheço qualquer esquema de corrupção na Secretaria do Trabalho”, afirma. Ele acusa o jornal Correio Braziliense de tê-lo pressionado. Disse que havia tido apenas uma conversa informal com o jornalista Lourenço Flores, em um restaurante da cidade, e que, naquele dia, eles haviam bebido muitas cervejas. “Não sabia que

a conversa havia sido gravada e não autorizei a publicação das minhas declarações”, relata.

“Eu nunca conheci este bandido. Ele é um professor que fala pela instituição, mas não faz parte dela. A Copede nunca foi contratada para dar cursos no âmbito do Programa de Qualificação Profissional do GDF, nem antes e nem depois que eu assumi a Secretaria do

Trabalho”, afirmou Tartuce. “Tudo isso não passa de uma briga do GDF com um jornal, e eu é que estou sendo vítima”, disse. O deputado Pedro Celso (PT/DF), também citado na fita, é outro que afirma nunca ter conhecido o professor Antônio César.

VALÉRIA FEITOZA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

Ex-secretário diz que denúncia é covardia

Irritado, Wigberto Tartuce não respondeu a várias perguntas feitas por deputados presentes à audiência pública da CFFC. Quando questionado pelo deputado Wellington Dias (PT/PI) sobre o esquema de propinas que teria consumido cerca de 60% dos recursos do FAT, Tartuce se exaltou. Chegou a dar um murro na mesa e aumentar o tom de voz. “Quem

foi que fez essas denúncias? Eu não respondo a isso. É um desrespeito a um deputado federal. Ninguém tem o direito de humilhar um cidadão por causa de uma denúncia anônima, feita por telefone. É uma covardia!”

Porém, o ex-secretário não negou que existe a possibilidade de fraude nas listas de alunos treinados pelas instituições. “Com a estrutura que temos

hoje, é impossível fazer uma fiscalização eficiente. Na lista da Fundação Teotônio Vilella, por exemplo, tem um Tartuce. Pode ser eu, não sei. Havia também outras pessoas, como os presidentes da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Só que eles não se matricularam”, disse. “Só existe uma forma de sabermos:

é checando manualmente, aluno por aluno. Agora, se uma empresa apresentou lista com fraude, de quem é a culpa? Isso é caso de polícia”, defendeu-se.

Sobre a Fundação Teotônio Vilella, que recebeu o maior montante de recursos do FAT no ano passado — R\$ 4,5 milhões — para treinar 48 mil alunos e apresentou uma lista de concluintes que está sendo

investigada por suspeita de fraudes, o deputado Pedro Celso questionou Tartuce sobre o fato de a instituição não ter nenhuma tradição de qualificação profissional no DF e também sobre alterações que teriam sido feitas no estatuto da empresa, dois meses antes de ela ser contratada pela Secretaria do Trabalho, somente para receber os recursos do FAT. **(V.F.)**